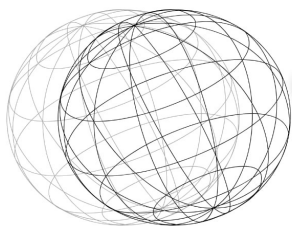


ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



Vol.2 – Nº 6
MAIO-AGOSTO/2024
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF

Vol. 2 - Nº 6 – Maio-Agosto/2024

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrimestral editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Bernardo Kocher
- Fernando Brancoli
- Jonathan de Araújo de Assis
- Karime Ahmad B. Cheaito
- Mariana da Gama Janot
- Santiane Arias

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

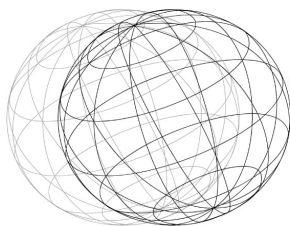
Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

www.lepeb.uff.br
lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: São Paulo (SP), 13/01/2024 - Manifestação de apoio ao povo palestino organizada pela Campanha de Solidariedade à Palestina, Coligação Pare a Guerra e os Amigos de Al Aqsa, na Avenida Paulista. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil



SUMÁRIO

Editorial

Equipe Editorial 03

A Pax Israelensis: uma proposta de análise para a compreensão crítica da política social genocida na Palestina

Bernardo Kocher 05

De Gaza à Beirute: a névoa da guerra paira para além do Oriente Médio

Karime Cheaito 12

O Sistema Financeiro como instrumento de guerra: Notas Preliminares das Reuniões do BRICS e G20 no Rio de Janeiro

Fernando Brancoli 24

No meio do caminho havia um obuseiro: notas sobre a Defesa nos dois anos do governo Lula III

Mariana Janot e Jonathan de Araújo de Assis 34

O altermundialismo visto do limiar de 2024: o que foi feito da *internacional da esperança*?

Santiane Arias 41

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 45

Editorial

Há um ano tinha início mais um capítulo da já longa história de conflitos contemporâneos na Palestina e territórios vizinhos, que remonta à criação do Estado de Israel, em 1948, e à subsequente primeira guerra árabe-israelense. Esse episódio levaria à expulsão de cerca de 800 mil palestinos de suas terras, naquilo que ficou conhecido como *Nakba*, a “catástrofe”. Desde então, a política de expansão e ocupação de territórios por parte do Estado de Israel só fez agravar a questão palestina, que se tornaria um foco de tensões permanentes na região, durante e no pós-Guerra Fria, período em que diversas tentativas de acordos de paz acabaram por fracassar, alcançando, no máximo, breves períodos de relativa distensão na região.

O ataque do Hamas, em outubro de 2023, possibilitou ao primeiro-ministro israelense Benjamim Netanyahu desencadear uma forte contraofensiva, em um momento em que sofria fortes contestações internas e externas devido a medidas antidemocráticas e restritivas que o seu governo, sustentado por uma coalizão de extrema direita, procurava implementar. Essas medidas incluíam uma ampla reforma do judiciário, em uma clara tentativa de blindar o primeiro-ministro das investigações criminais em curso contra ele, envolvendo acusações de recebimento de suborno e fraude.

No entanto, um ano depois do ataque, está cada vez mais claro que mais do que derrotar o Hamas ou resgatar os reféns ainda em poder do grupo, a ofensiva israelense vincula-se a um projeto de ocupação e colonização dos territórios ainda sob controle dos palestinos. A ação desencadeou uma tragédia humanitária de enormes proporções em Gaza e fez com que o conflito se espraiasse por outros Estados da região, sob o olhar complacente das potências ocidentais que continuam a dar salvo-conduto para que as forças militares israelenses cometam inúmeros crimes de guerra, ocasionando a morte de milhares de civis, em nome do “direito de Israel à autodefesa”.

Neste número do **Orbis**, dois artigos discutem essas questões procurando lançar luzes sobre os conflitos na Palestina: “*A Pax Israelensis*: uma proposta de análise para a compreensão crítica da política social genocida na Palestina”, de Bernardo Kocher, professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense – UFF; e “De Gaza à Beirute: a névoa da guerra paira para além do Oriente Médio”, de Karime Cheaito, Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Por sinal, o apoio quase incondicional do Ocidente e a blindagem de Israel feita pela mídia ocidental, incluindo a brasileira, também ecoaram em mais um episódio das

conturbadas e mal resolvidas civis-militares do Brasil pós-ditadura. A afirmação do ministro da Defesa José Múcio, expressando o sentimento das Forças Armadas, de que a suspensão da aquisição de equipamentos militares de fabricação israelense teria se dado por “questões ideológicas” – visto que a posição oficial da diplomacia brasileira (bastante criticada pela mídia empresarial, por sinal) é a de considerar como genocídio a ação israelense em Gaza e de defender um imediato cessar-fogo na região – causou um enorme mal estar no governo, expondo mais uma vez como a questão militar ainda está longe de ser resolvida, quatro décadas após o fim do regime ditatorial, e continua a ser um esqueleto no armário da nossa ainda frágil democracia. É a partir deste mote que Mariana da Gama Janot e Jonathan de Araújo de Assis, bolsistas de Pós-doutorado na UNESP, discutem a Defesa e as relações civis-militares no Brasil, após quase dois anos do terceiro mandato presidencial de Lula da Silva, no artigo “No meio do caminho havia um obuseiro: notas sobre a Defesa nos dois anos do governo Lula III”.

Às vésperas da Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, e logo após a XVI Cúpula do BRICS, em Kazan, Rússia, publicamos também o artigo “O Sistema Financeiro como instrumento de guerra: Notas Preliminares das Reuniões do BRICS e G20 no Rio de Janeiro”, de Fernando Brancoli, Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa – IRID, da UFRJ. Nele é discutida a militarização do sistema financeiro internacional, ou seja, o uso estratégico de ferramentas econômicas por nações poderosas para exercer influência geopolítica, bem como o papel que pode vir a ser desempenhado por coalizões do Sul Global, como o BRICS, no enfrentamento dos desafios econômicos contemporâneos e na busca pela estabilidade global.

E fechando esta edição, Santiane Arias, Professora de Ciência Política, na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, no artigo “O altermundialismo visto do limiar de 2024: o que foi feito da *internacional da esperança?*”, discute o que ocorreu com o “altermundialismo”. Tendo sido articulado concomitantemente ao Fórum Social Mundial - criado como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, e cuja primeira edição teve lugar em Porto Alegre, em 2001 – esse movimento teve grande relevância na resistência aos efeitos nefastos da globalização financeira e das políticas neoliberais na primeira década deste século, mas depois acabaria passando por um processo de fragmentação e desarticulação.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores

A Pax Israelensis: uma proposta de análise para a compreensão crítica da política social genocida na Palestina

Bernardo Kocher*

O senso comum nos indica que a entidade sionista que ocupa a Palestina é um típico Estado Nacional soberano acossado pelo terrorismo perpetrado por grupos religiosos radicais que são instigados, armados, treinados e financiados pela República Islâmica do Irã. Esta é uma interpretação idealizada e tipicamente liberal - e, portanto, ocidental do ponto de vista político - que embasa a percepção do que deva ser um Estado Nacional ideal. A atual crise humanitária que se abateu sobre o povo palestino, por conta de uma política social genocida praticada pelo Estado sionista, parece indicar que necessitamos de elementos críticos a esta percepção para caracterizar a causa desta situação. Em outra clave, esta visão está imbuída, conforme nos ensina Edward Said (2007), de um profundo conteúdo “orientalista” quando aplicada à História dos Estados Nacionais do Oriente Médio.

Por este caminho analítico, a visão do *mainstream* ocidental sobre a crise no Oriente Médio transforma-se numa visão piegas que só enxerga uma eventual anomalia imposta à vida normal dos descendentes dos sobreviventes do Holocausto do povo judeu. Estes mereceriam ter uma vida normal em uma nação que os proteja de quaisquer ameaças de sofrerem perseguições e políticas de extermínio da sua existência. Este direito teria sido adquirido em maio de 1948 com a declaração de independência e estaria ameaçado, pois a operação “tempestade de Al Aqsa” provocou uma “ameaça existencial” ao Estado sionista por parte de terroristas oriundos do radicalismo islâmico.

Nossa proposta de observação deste fenômeno, que possui uma colossal exposição midiática em função da reação aos episódios ocorridos em 7 de outubro de 2023, requer uma outra apuração analítica. Temos em mente nos distanciar desta visão perfeccionista que percorre a História tradicional do Estado sionista, indicando uma forma crítica e não negacionista do problema palestino visando a compreensão das origens e desenvolvimento da implantação desta instituição em terras majoritariamente ocupadas até 1947 por uma sociedade que ali habitava havia milênios, e que é chamada de Palestina. Temos em mente que, dadas muitas caracterizações de uma História crítica do que ocorreu na expulsão do povo palestino de suas terras, já apontadas amplamente tanto por historiadores palestinos quanto israelenses (CLEMESH, 2023), precisam ser aprofundadas com estudos para caracterizar quais as causas tanto da sua origem quanto

da perpetuação da espoliação e agressão ao povo palestino que ainda subsiste precariamente e em condições de brutal repressão da sua existência e identidade nacional nas cercanias de suas propriedades territoriais.

A importância da guerra de independência da Argélia para a compreensão crítica do Estado sionista

Durante a guerra de independência da Argélia, iniciada em 1954, com a dominação colonial francesa em colapso, surgiu na metrópole francesa a percepção de que o problema da rebelião (que levaria a colônia do norte da África à independência em 1962) se devia aos maus colonos enviados pela França. Como ali a presença de moradores colonizadores era a maior do mundo ágio-africano (1 milhão de europeus em meio a 9 milhões de habitantes locais) esta desproporção parecia conter algum sentido. Para contestá-la Jean-Paul Sartre, vibrante militante anticolonial, revisou este preceito em texto lapidar sobre o assunto, demonstrando que a rebelião dos colonizados não era contra uma má gestão administrativa dos colonizadores (SARTRE, 1968). Pelo contrário, a colonização foi definida como um **sistema** e este passava por uma crise terminal devido à nova correlação de forças do pós-guerra. Nesta conjuntura, demarcada pela Guerra Fria e, no plano interno europeu, pela construção do Estado de Bem-Estar, o colonialismo tornou-se anacrônico. Foi através do esforço de guerra promovido pelos colonizados que esta situação se explicitou. Este último ponto é o que tomaremos como base para uma reflexão analítica para a compreensão da situação do povo palestino. Para o filósofo francês, era incompatível a existência da democracia e dos direitos sociais nas metrópoles com a prática de métodos fascistas nas colônias. Estes foram utilizados para combater o que ficou consagrado como “insurgência” (GALULA, 1964). Sem sombra de dúvidas foi a declaração de guerra pela Frente de Libertação Nacional argelina que levou o colonialismo como um todo (e não só o francês) à contradição máxima na correlação entre consenso (democracia e bem-estar social) e coerção (métodos fascistas de governar as colônias), corroendo os alicerces da dominação colonial.

A crise argelina expôs como em nenhum outro sítio dominado pelo imperialismo europeu o fim do colonialismo como um todo. O que demonstra esta tese é o fato de que nas démarches da crise argelina o sistema político francês da IV República também entrou em crise e, surpreendentemente, as forças militares presentes na colônia tentaram interferir (defendendo os interesses dos colonos) na condução do governo central. Ou seja, a colônia tentou governar a metrópole! Esta insustentável situação marcou de forma clara o fim da colonização europeia na África e na Ásia. Mas, ainda, a independência

argelina não foi um fato isolado: junto com a realização da Conferência de Bandung (1955) e a invasão do Canal do Suez (1956) no momento exato da repressão soviética na Hungria, a independência da Argélia se constituiu num foco para a formatação da independência total das colônias asiáticas e africanas.

Malgrado o que tem ocorrido na Palestina desde 1948 seja um caso único, o sionismo também deve ser visto como um sistema. Afirmo a necessidade de se pensar desta forma, acompanhando Sartre por analogia, já que variados estereótipos (como o analisado acima) têm sido produzidos para caracterizar a tentativa de destruição da população palestina da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Nossa hipótese de trabalho para analisar a especificidade do Estado sionista como uma instituição exclusiva do povo judeu é que nele não há uma contradição operante entre a democracia e práticas fascistas, como veremos abaixo. Se tal situação existisse, como o ocorrido na crise do colonialismo francês analisado por Jean-Paul Sartre, o Estado sionista simplesmente não seria viável já que uma crise institucional próxima da que inviabilizou o domínio europeu da Ásia e África ameaçaria de morte o Estado sionista. Todo este intrincado conjunto de relações de poder acaba por criar um mito: a ideia defendida pelos sionistas de que seu Estado é a “única democracia do Oriente Médio”. A nossa versão desse aforismo é que o sistema sionista é uma democracia burguesa absolutamente perfeita! Nesta realidade, a emancipação dos judeus massacrados pelo holocausto produziu uma valoração positiva, abstrata, irreal e idealizada do que é o Estado sionista, maximizada pelo fato de que este foi criado no mesmo momento em que o colonialismo estava sendo derrogado. Por outro lado, essas características únicas da natureza intrínseca do sistema sionista produzem automaticamente tanto o apagamento social da memória coletiva do povo palestino, quanto uma espécie de periferização no interior do sistema internacional de sua ótica sobre o que tem se passado desde o Nakba. Tal simultaneidade ajudou a consolidar a mitificação (até religiosa) da visão que o liberalismo político criou para explicar, justificar, financiar e legitimar o Estado sionista, mas não o Estado palestino.

Se a crise argelina expôs a impossibilidade de uma coerção praticada pelo Estado francês em níveis elevados (e até maiores do que o consenso) no caso do sionismo criou-se, em nosso entendimento uma peculiaridade que lhe dá as condições institucionais de sobrevivência há setenta e seis anos. No Estado sionista o consenso (válido somente para a população de origem judaica) e a coerção (aplicado ao controle da insurgência da população palestina e/ou sua expulsão das terras que ainda ocupa) são aplicados em escala máxima e total o tempo todo. Não há, como no caso do “sistema” colonial típico, uma contradição entre uma dimensão e outra. A questão que nos cabe, então, é entender

como a fórmula “Estado sionista = consenso máximo + coerção máxima” funciona do ponto de vista socioeconômico. Pretende-se aqui abandonar certos clichês sobre as causas da política social genocida contra o povo palestino pautada em questões religiosas, étnicas e nacionais. Estas realmente permeiam este agudo conflito, mas, equivocadamente, são utilizadas como explicador “natural” deste sem alcançar as relações sociais concretas que deram vida à exclusão do povo palestino de um projeto nacional viável.

A Pax Israelensis

A instituição do Estado sionista em maio de 1948, instalado sobre as terras do povo palestino, é produto de uma excepcionalidade extrema e é nesta chave que devem ser procuradas as bases da sua conduta no Oriente Médio. A correlação de forças do Oriente Médio e do sistema internacional à época da implantação do Estado sionista viabilizaram a implantação desta verdadeira instituição ocidental no interior de uma região onde religião, nível de desenvolvimento socioeconômico, urbanização e valores culturais são, nitidamente, não ocidentalizados.

A *Pax Israelensis* é, em nosso entendimento, a forma pela qual a implantação deste país algo artificial em sua posição geográfica busca condicionar de forma impositiva uma situação que está além de seu controle: a população palestina (na Faixa de Gaza, no interior do Estado sionista, na Cisjordânia, no Líbano, na Jordânia e na diáspora) é maior do que o contingente populacional de judeus que se instalaram na região. A partir daí torna-se contínuo o esforço de elaboração e implementação de uma política de controle e repressão deste contingente humano em contínuo crescimento (a “bomba demográfica”) para contornar as ameaças de legitimidade que o Estado sionista sofre continuamente.

Para lidar com a questão palestina dentro dos territórios ocupados desde a operação de limpeza étnica ocorrida entre 1947-1951, seguida pela expansão ocorrida após a Guerra dos Seis Dias (1967), denominamos a política do Estado sionista de **sionismo interno**. No relacionamento com os países vizinhos, que contenham ou não população oriunda da diáspora palestina, mas que pela sua proximidade influenciam diretamente os destinos do Estado sionista, percebemos que este utiliza-se os mesmos princípios voltados para reprimir a população palestina nos seus territórios. Chamamos esta conduta de **sionismo externo**. Também poderemos perceber que esta categoria pode influenciar as relações entre o Estado sionista e vários países da África, Ásia ou América Latina. Isto ocorre porque o Estado sionista é um típico representante daquilo

que Rui Mauro Marini denominou como país **subimperialista** (LUCE, 2011). Devemos considerar que o verdadeiro projeto territorial sionista não se resume apenas obter e controlar os territórios que atualmente ocupa; o verdadeiro projeto de formação de um Estado sionista possui um território muito maior e é conhecido como **Grande Israel**. Este eventual novo território do país não está no presente sendo implementado de forma clara, mas é citado (não sem motivos) por vários indivíduos moradores do Estado sionista como um direito nato do povo “escolhido” para ter sua morada. Avaliamos que o projeto de formação do Grande Israel é, nos dias que correm, uma espécie de “ausente presente” da orientação subimperialista do Estado sionista para ser aplicada ao Oriente Médio. Esta futura incorporação de terras de variados países vizinhos foi demonstrada claramente pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu em pronunciamentos na abertura das 78a. e 79a. Sessões de abertura da Assembleia Geral da ONU (ver KOCHER, 2024). Os mapas apresentados pelo governante apontam realidades idealizadas tanto do que o Estado sionista considera aceitável como as que não aceita como pertencentes a uma futura ordem regional. Chamaremos esta proposição do primeiro-ministro de **geo-sionismo**.

No momento em que escrevemos este artigo o norte da Faixa de Gaza e o sul do Líbano são as ambições mais próximas para a implementação do Grande Israel. Estas são evidenciadas, por exemplo, em feiras de vendas de territórios nas duas partes que ora estão em conflito (norte da Faixa de Gaza e sul do Líbano) que são ofertadas para membros da comunidade judia tanto no interior do Estado sionista, quanto na Europa e EUA.

Para toda esta arquitetura funcionar existe um adversário consolidado: a República Islâmica do Irã. Possuindo um Estado organizado, uma burocracia operante, forças armadas bem equipadas, uma política industrial que fornece condições de dar projeção de poder à sua política externa, entre outras características marcantes do poderio econômico e militar do país, o Irã representa uma ameaça real à formação do Grande Israel através do seu sionismo externo e do geo-sionismo intrínseco à esta conduta. O Irã elaborou uma estratégia própria para combater o geo-sionismo. Ela é feita através de alianças políticas e militares com atores não estatais, recursos oriundos da venda de combustível fóssil e elaboração de uma estratégia de defesa no plano regional (para além da proteção física do seu território). Trata-se da incorporação de proxies presentes em vários países da região, todos em conflito aberto com o Estado sionista. Dentre eles destacam-se o Hamas e o Hizbollah.

Este quadro complexo acima descrito possui inúmeras nuances e detalhes empíricos

que precisam ser elaborados em maior profundidade. Mas, como pressuposto de compreensão da política social genocida que está sendo ora aplicada contra o povo palestino, notamos que o Estado sionista possui uma necessidade premente e contínua de se constituir como ator relevante do ponto de vista geopolítico. Suas conexões com a Europa Ocidental e os EUA devem ser mantidos a partir da demonstração diária e intensa de que o Estado sionista está cumprindo sua missão de defender o mundo ocidental de uma ameaça oriunda do Oriente Médio e, no seu interior, do islã político.

Esta relevância que o Estado sionista procura viabilizar ao enfrentar uma realidade material espelhada pela insurgência de muitos grupos políticos e/ou Estados Nacionais, em sua maioria orientados pelo islã político, transforma esta instituição em um instrumento contundente de aplicação de uma política neocolonialista do Oriente Médio pela Europa e EUA. É esta intrincada teia de relações políticas, econômicas, religiosas e culturais que faz com que um projeto de subjugação do Oriente Médio esteja sendo aplicado por uma potência ocidental, uma espécie de proxy do projeto neocolonialista. Até mesmo a própria denominação “Oriente Médio” pertence ao escopo desta empreitada.

Sendo assim, consideramos que a *pax israelensis* tem buscado consolidar: a) o estabelecimento do Estado sionista na Palestina (ocupada); b) a expansão territorial projetada deste Estado para garantir um raio de ação e acesso a riquezas materiais (basicamente energia fóssil) e controle de rotas comerciais valiosas que encurtam o caminho entre Europa e o Oriente extremo; c) transferência de rendas para o interior do Estado sionista pelos interesses que ele representa na região; e, d) controle do processo de insurgência surgido entre a população local (e alcança o todo o mundo árabe e muçulmano) contra a presença de um Estado com características subimperiais.

Dessa forma, a *pax israelensis* é o caminho pelo qual podemos explicar a política social genocida contra o povo palestino. Não se trata de defender a soberania ou a segurança do Estado sionista, pois esta não é abalada devido ao gap existente entre o seu imenso poderio militar e aquele pertencente aos seus adversários. O ponto a ser considerado é o fato de que se não houver este clima de tensão, do tipo “choque de civilizações”, não haverá um Estado sionista viável. O clima de beligerância e/ou cooptação do Estado sionista e seus vizinhos é absolutamente necessário para viabilizar a hegemonia deste Estado na região. Se o Irã sair enfraquecido da atual contenda contra o Estado sionista ele passará a compor o quadro de submissão hegemônica a dominação deste. Esta é a *pax israelensis*. Deste processo o povo palestino não participa, pois somente a coerção (máxima) é o que o **sistema** sionista destina para esta nacionalidade. A partir dela se sustenta o consenso (máximo) existente na sociedade civil do Estado

sionista, baseado em alto padrão de vida da sua população, obtido pelo benefício de ser um país subimperialista.

Referências:

CLEMESHA, Arlene. Al Nakba, uma tragédia sem fim. **A Terra é Redonda**, 28/11/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/al-nakba-uma-tragedia-sem-fim/>.

GALULA, D. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964.

KOCHER, Bernardo. Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 14]. **Opera Mundi**, 18/10/2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/gaza-ano-zero-as-raizes-do-holocausto-palestino-parte-14>.

LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**. Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e Neocolonialismo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.

*Professor de História Contemporânea do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense/IH-UFF. E-mail: bernardokochoer@gmail.com

De Gaza à Beirute: a névoa da guerra paira para além do Oriente Médio

Karime Cheaito*

Para Carl Von Clausewitz (1976), a *névoa da guerra* consiste nas incertezas e imprevisibilidades do campo de batalha. Ao contrário de teóricos da guerra que a pensavam como um fenómeno técnico, previsível e calculável, Clausewitz reforça: a guerra é um fenómeno político, social e composto por incertezas e acasos, que dificultam vislumbrar com clareza o presente e o horizonte. O 07 de outubro de 2023 e seus desdobramentos evidenciam essa máxima. Os ataques do Hamas - grupo político e armado palestino, formado na década de 1980 - a Israel nesta data, que resultaram em 1.139 israelenses mortos e 251 sequestrados, trouxe à luz questões locais, regionais e internacionais que passavam sob o silêncio ou, no mínimo, o desconhecimento. Esta data evidenciou o cerco e as condições subumanas no qual mais de 2 milhões de palestinos em Gaza estavam sujeitos há décadas.

Conhecida como a “maior prisão a céu aberto do mundo” ou o “laboratório”, Gaza é cercada, vigiada, controlada e diariamente violentada com as mais avançadas tecnologias de violência e vigilância produzidas por Israel e exportadas para todo o mundo - inclusive para o Brasil. No Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, Francesca Albanese, relatora especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos, apresentou em março de 2024 o relatório intitulado "Anatomia de um Genocídio". Na ocasião, Albanese afirmou: “o genocídio em Gaza é o estágio mais extremo de um longo processo colonial de apagamento dos palestinos nativos” (UN News, 2024).

Existe, nesse sentido, uma dinâmica antes e depois do 07 de outubro de 2023. Esse depois, entretanto, não significa que possamos falar em um pós-07 de outubro, mas no processo que tem se desenvolvido desde esta data. No momento em que este ensaio é escrito, ainda observamos e vivemos a *névoa da guerra*: as incertezas, o acaso e a imprevisibilidade. As possibilidades de futuro estão sobre a mesa. Nesse processo, entretanto, já temos alguns dados: o deslocamento de quase todos os 2,4 milhões de habitantes do território sitiado de Gaza; pelo menos 43 mil mortos por ataques diretos de Israel, incluindo quase 16.765 crianças; mais de 100.544 pessoas feridas; e mais de 10.000 desaparecidos¹ (Al Jazeera, 2024). Khatib, Mckee e Yusuf (2024) estimam que,

¹ Dados de 25 de outubro de 2024.

até meados de junho de 2024, cerca de 186.000 mortes totais podem ser atribuídas ao conflito atual em Gaza, que é aproximadamente 7,9% de sua população². De acordo com Sridhar (2024), se as mortes continuarem nesse ritmo - cerca de 23.000 por mês - haverá mais 149.500 mortes até o final do ano e o total, até dezembro, seria estimado em cerca de 335.500 mortes.

Não podemos ainda falar em um pós-07 de outubro, mas podemos analisar o que ocorria antes e os desdobramentos do último ano. Para isso, a análise será compartimentada em 3 dimensões que, no decorrer do texto, serão investigadas de forma articulada: o nível local, o nível regional e o internacional. O objetivo desse ensaio, desse modo, é refletir sobre o contexto conjuntural que permeou o início do genocídio em Gaza, com enfoque na análise das tentativas israelenses de regionalizar a guerra. Para isso, realizou-se uma investigação inicial da extensão da guerra para o território libanês e as ações do Hezbollah, principalmente após o assassinato do secretário-geral Hassan Nasrallah. Dentro da análise, buscou-se englobar a interlocução entre as dinâmicas e diferentes interesses de atores locais, regionais e internacionais.

Como exposto, para entender a reação do Hamas a Israel, é necessário entender a situação de Gaza antes do dia 07 de outubro de 2023. Como analisado por Santos (2023), em 2005, após a retirada física de Israel de Gaza, conhecida como campanha de “desengajamento”, Israel passou a exercer uma espécie de dominação por controle remoto. Neste tipo de dominação colonial, as redes de infraestrutura se tornaram o principal mecanismo de controle sobre a vida e a morte dos palestinos da região, além da implementação de políticas de “desenvolvimento econômico” e isolamento socioespacial. Essa situação fez com que os palestinos em Gaza fossem constantemente colocados na situação de uma “morte lenta” (Santos, 2023).

Já o contexto israelense pré-07 de outubro precisa ser analisado em âmbito local e regional. No espaço local, há os interesses e o histórico de Benjamin Netanyahu, o político que por mais tempo governou Israel como primeiro-ministro (1996-1999, 2009-2021 e 2022 até hoje). Em 2019, o procurador-geral israelense anunciou que ele seria indiciado formalmente por três casos: fraude, suborno e quebra de confiança. Caso fosse condenado, poderia receber até 10 anos de prisão. Com isso, em 2020 e 2021 manifestações e protestos ganharam força em Israel (Holmes, 2020). Em setembro de 2023, dias antes dos ataques do Hamas, novas manifestações tomaram as ruas israelenses: “A campanha de reforma judicial do governo causou a pior crise política

² Essas mortes totais englobam não apenas os mais de 40 mil mortos diretamente por ataques, mas também aqueles que foram vítimas da fome, da falta de tratamento médico, da escassez de água potável, da ausência de medicamentos.

interna de Israel em anos” (Lubell, 2023). Enquanto isso, a sua política externa buscava uma aproximação com vizinhos árabes. Os Acordos de Abraão, por exemplo, foram assinados em 2020 entre Israel, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos como uma forma de normalização das relações entre esses países e Israel. Momentos antes do 07 de Outubro, estavam em curso as negociações para um acordo entre o governo israelense com um dos atores que se tornaram centrais e, possivelmente, decisivos para a decisão do Hamas: a Arábia Saudita.

Uma outra contextualização aqui se faz necessária. Em Setembro de 2023, em uma reunião na Assembleia Geral das Nações Unidas, Netanyahu apresentou um mapa intitulado “O Novo Oriente Médio”, o qual apresentava Israel, sem delineamentos dos territórios de Gaza e Cisjordânia; o Egito; Arábia Saudita; Bahrein e Emirados Árabes Unidos. Embora a normalização com a Arábia Saudita ainda não tivesse sido assinada, as negociações em curso foram elogiadas pelo primeiro-ministro israelense. Após apresentar esse mapa, Netanyahu também abordou sobre um corredor que se estenderia pela Península Arábica e Israel, conectando a Índia à Europa (UN News, 2023).

Este corredor trata-se do Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEC). Após meses de negociações envolvendo líderes como o presidente dos EUA, o primeiro-ministro indiano e o príncipe herdeiro saudita, Mohammed Bin Salman, o corredor supostamente incluiria cabos submarinos, infraestrutura de transporte de energia e sistemas ferroviários que conectariam a Índia à Europa, passando pelo Oriente Médio. No entanto, um dos objetivos políticos do IMEC e de seus idealizadores era, previsivelmente, confrontar a Iniciativa do Cinturão e Rota, conhecida como a “nova rota da seda” da China. A iniciativa chinesa trilionária começou com fortes investimentos estatais em infraestrutura no exterior e fez com que esse país e seus aliados exercessem, principalmente no âmbito econômico, influência significativa no Oriente Médio (BBC, 2023).

Para a concretização do IMEC, o acordo de normalização com a Arábia Saudita era fundamental. Contudo, quando o Hamas realizou os ataques em 07 de Outubro, a Arábia Saudita recuou, interrompeu as negociações em andamento com Israel e afirmou que a criação de um Estado palestino era central para que os acordos voltassem a ser discutidos (BBC, 2024). A partir desses pontos e dos atores envolvidos nesses processos, observamos os motivos os quais levaram Gaza a se tornar foco da atenção mundial e, em especial, das grandes potências.

Com os ataques do Hamas, não demorou para que o governo de Netanyahu iniciasse a ofensiva militar à Gaza, inicialmente com ataques aéreos massivos e, em um

segundo momento, combinado com as invasões terrestres. Israel buscou justificar o genocídio e a destruição indiscriminada do espaço urbano palestino em Gaza “(...) a partir do objetivo de eliminar ‘infraestruturas terroristas’” (Huberman; Santos; Nasser, 2024, p. 265).

Em 08 de Outubro, o Hezbollah³ - partido político e grupo armado libanês - realizou um ataque às Fazendas de Shebaa⁴ (Reuters, 2023). A partir desse momento, os temores por uma regionalização do conflito se alastraram. O Hezbollah se posicionou como uma “frente de apoio” - não de guerra - à Gaza, devido: 1) o compromisso da organização com a luta palestina desde sua fundação, presente em seus manifestos oficiais de 1985 e 2009 (embora em menor grau neste último); 2) a popularidade que a questão palestina tem entre parcela expressiva dos libaneses, principalmente na sua base de apoiadores; 3) o fato do Hezbollah e do Hamas pertencerem a uma mesma aliança regional, chamada de Eixo da Resistência⁵ que, de acordo com Amal Saad (2024), tem se transformado em uma coligação em tempos de guerra desde os combates contra o Estado Islâmico na Síria e no Iraque. A estratégia inicial do Hezbollah, nesse sentido, seria se envolver em uma guerra limitada com Israel para forçar os civis israelenses a evacuarem o Norte e, conseqüentemente, aumentar a pressão sobre o governo de Netanyahu para um cessar-fogo em Gaza que atendesse às demandas do Hamas, especificamente a libertação de prisioneiros palestinos mantidos por Israel.

No entanto, os motivos que levaram o Hezbollah a ser contrário a uma nova frente de guerra eram diversos, especialmente em relação ao seu ambiente doméstico. O Líbano vivencia uma crise econômica e política sem precedentes, que atingiu seu auge em 2019 e, desde então, não conseguiu nenhuma estabilidade (Majed; Salman, 2019). Além disso, o confronto entre o Hezbollah e o governo libanês em uma disputa política em 2008 - que resultou no Acordo de Doha - e sua participação armada na guerra da Síria, iniciada em 2011, gerou embates internos protagonizados, principalmente, por seus opositores políticos, que passaram a criticar seu braço armado e reivindicar seu desarmamento. Temendo, dessa forma, que uma guerra pudesse não apenas agravar a situação econômica e política do Líbano, mas também mobilizar essa oposição, durante meses o Hezbollah deu sinais de que não buscaria uma escalada.

O objetivo de se evitar uma expansão da guerra era também um desejo do principal aliado regional do Hezbollah, o Irã. Na ocasião, o governo iraniano evitara uma escalada regional desde o assassinato de Ismail Haniyeh - liderança política do

³ A história da formação e atuação do Hezbollah em território libanês foi descrita em Cheaito (2023).

⁴ Parte do território libanês que, desde 1967, está ocupado por bases militares israelenses.

⁵ Sobre o Eixo da Resistência e a atuação do Hezbollah dentro da aliança, ver Cheaito (2024).

Hamas - em seu território, já que um confronto direto entre Irã e Israel poderia levar a uma intervenção militar direta dos Estados Unidos na região para proteger seu aliado israelense. A estratégia iraniana desde o dia 07 de Outubro, desse modo, pode ser observada através do suporte dado aos seus aliados regionais sem envolvimento direto no conflito, que poderia prejudicar suas futuras negociações com os EUA em relação às questões nucleares e às sanções - pautas estas que fizeram parte da campanha do atual presidente Masoud Pezeshkian (Agostinelli *et al*, 2024). Com isso, o Hezbollah optou, em diálogo com seu aliado iraniano, por seguir as “regras de engajamento” e, com exceção de momentos pontuais, centrar os ataques na região fronteiriça, de modo calculado e moderado, com foco especificamente nas bases e estruturas militares. Essa dinâmica se manteve até Setembro de 2024.

Do lado israelense, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu enfrentava um dilema interno: após 11 meses de uma campanha militar mortífera e genocida no enclave, seus dois principais objetivos anunciados em Gaza, notadamente a destruição do Hamas e o resgate dos reféns israelenses, não foram alcançados. Pressionado internamente, não tardou para que buscasse outros pretextos para manter seu país em guerra. Em Setembro de 2024, o foco dos discursos oficiais em Israel passou de Gaza para o Norte, sob a narrativa de que os 60 mil israelenses que haviam sido deslocados em decorrência dos ataques do Hezbollah deveriam retornar. Para isso, o Hezbollah deveria ser removido do Sul libanês e enfraquecido militarmente. Oficialmente, Israel quer estabelecer uma “zona tampão” de 10 km, com 7 km mantidos pelas Forças Armadas Libanesas e 3 km pelo exército israelense (Nashed, 2024). A decisão pelo início de uma ofensiva contra o Líbano tornou-se questão de tempo e foi, rapidamente, aplaudida pela população israelense (Le Monde, 2024).

A realidade é que uma nova guerra entre Hezbollah e Israel era previsível e, até, esperada. Ghassan Salamé⁶ afirmou que “o Estado-Maior israelense sempre considerou que uma nova guerra com o Hezbollah era inevitável, uma vez que o conflito de 2006⁷ teve um resultado ambíguo” (L’Orient le Jour, 2024). Joseph Daher, em entrevista concedida ao *Jacobin*, afirmou que Israel não conseguiu atingir naquela ocasião o seu objetivo, que era enfraquecer significativamente o Hezbollah (Daher; Oduor; Dobke, 2024). Os seus sucessos táticos, desse modo, não significaram uma vitória estratégica e política. Os objetivos do Hezbollah naquele momento eram mais modestos: não deixar

⁶ Ghassan Salamé é um acadêmico, político e diplomata libanês. Ele serviu como Ministro da Cultura libanês de 2000 a 2003. Além disso, ele fundou o Reitor da Escola de Relações Internacionais de Paris (PSIA) e foi professor emérito de Relações Internacionais na Sciences Po.

⁷ Sobre a guerra em 2006 entre Hezbollah e Israel, ver Cheaito e Violante (2023)

com que Israel atingisse seus objetivos. Desse modo, o resultado final foi identificado como positivo para a organização e lhe deu credibilidade interna e regional. A guerra se encerrou com uma resolução de cessar-fogo (a Resolução 1701) e, nos anos seguintes, ambos se aprimoraram e começaram a se preparar para um novo confronto. Essa preparação se evidenciou a partir do dia 08 de Outubro e, de forma ainda mais clara, a partir de Setembro de 2024.

A forma como Israel conseguiu se infiltrar - direta e indiretamente - no território libanês, mapear as redes de comunicação do Hezbollah e seus centros de comando e controle, sistematizar e monitorar seus principais comandantes e lideranças, explicita como, desde 2006, as forças israelenses e o Mossad - sua Inteligência - estão se preparando para essa guerra. Esse monitoramento era evidente visto que, de 2006 a 2023, o espaço aéreo libanês foi cotidianamente invadido por drones e aviões israelenses. A explosão de pagers e dos walkie-talkies em 17 e 18 de setembro tornou-se, então, um marco na mudança das regras de engajamento presentes até então. A “frente de apoio” inicialmente declarada pelo Hezbollah e suas tentativas de evitar a escalada para o interior do território libanês entrou em confronto com os objetivos israelenses de escalar e, possivelmente, regionalizar a guerra.

Os ataques a um dos sistemas de comunicação utilizados pelo Hezbollah - que, vale destacar, eram utilizados tanto por combatentes como por civis que trabalham nas instituições sociais administrados pela organização - foi seguido pelo início de ataques aéreos massivos no sul do Líbano, na região do Bekaa e no subúrbio sul de Beirute, região conhecida como Dahiya. Essa operação israelense, denominada de “Flechas do Norte”, resultou, no dia 27 de Setembro no lançamento de bombas de “destruição de bunkers”, que destruiu cerca de seis prédios e assassinou o secretário-geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah. As bombas utilizadas, segundo especialistas, vieram dos EUA (Al Jazeera, 2024). Embora não de forma declarada, o envolvimento dos EUA já era indiscutível: de um lado, falava no púlpito sobre a necessidade de um cessar-fogo; de outro, armava e financiava Israel.

No dia 02 de Outubro, Israel declarou o início da operação terrestre no Líbano. Existiam especulações sobre se essa invasão pelo terreno de fato aconteceria e, caso ocorresse, como se daria o confronto com o Hezbollah. Essas expectativas foram geradas pela análise histórica: nos dois momentos em que Hezbollah e Israel se confrontaram diretamente (1982-2000 e 2006), embora as forças israelenses obtivessem vantagens com os ataques aéreos, no campo terrestre o Hezbollah, formado a partir das táticas de guerrilha, obtinha vantagens, devido sua forma de atuação e o conhecimento do terreno.

Contudo, havia a questão: após os ataques a sua rede de comunicação, o assassinato do seu secretário-geral e a morte de quase todo o alto comando em poucos dias, o quão enfraquecido o Hezbollah estava? Conseguiria reagir e resistir a uma invasão israelense?

Sobre o assassinato de lideranças, é preciso ressaltar: todos que compõem organizações como o Hezbollah, incluindo líderes e comandantes, são passíveis de serem rapidamente substituídos caso sejam mortos. O Hezbollah é estruturado de modo que sua existência e capacidade de atuação não dependa de uma pessoa. Além disso, desde 2006 o Hezbollah aumentou seu número de combatentes de cerca de 5.000 para entre 20.000 a 30.000, sem contabilizar os que estão na reserva. Sua unidade de forças especiais, a Radwan, tem 3.000 soldados que são treinados especificamente para operar no Sul (Gatopoulos, 2024).

A partir do momento em que Israel invadiu por terra, tornou-se evidente que, apesar dos ataques, das mortes e dos danos à organização, ela não estava paralisada. Rapidamente o seu comando militar foi recomposto e reestruturado. A operação militar realizada pelo Hezbollah após o assassinato do seu secretário-geral foi denominada de Operação Khaybar⁸. Para além de drones e armamentos moderados, a organização passou a utilizar mísseis de longo alcance e mísseis guiados de precisão que, de modo combinado com os drones, têm gerado a sobrecarga do sistema de defesa de Israel. Por dia, o Hezbollah tem lançado de 100 a 200 foguetes e/ou mísseis tanto ao Norte, como em cidades mais distantes da fronteira, como Haifa e Tel Aviv.

Acredita-se que o Irã tenha desempenhado um papel central nessa rápida recomposição da organização. Em discurso após a morte de Nasrallah, o líder supremo iraniano enfatizou que as frentes travadas contra Israel eram, também, sua responsabilidade, visto que os ataques israelenses e dos EUA visavam seus aliados do Eixo da Resistência. Em entrevista concedida à CNN no dia 28 de Setembro, o pesquisador Trita Parsi afirmou: “Se ficar claro (para o Irã) que o Hezbollah não pode se defender (...) então a justificativa iraniana para ficar fora da guerra entrou em colapso. (...) Nesse ponto, a credibilidade do Irã com o resto de seus parceiros no Eixo correrá o risco de entrar em colapso se Teerã não reagir”.

Por isso, o Irã reagiu e lançou pelo menos 180 mísseis balísticos ao território israelense. A resposta realizada por Teerã enviou mensagens para as diferentes partes envolvidas: aos israelenses; aos EUA; aos seus aliados do Eixo da Resistência; e ao seu público interno. O fato do Hezbollah ter reorganizado seu braço armado rapidamente e

⁸ A batalha de Khaybar ocorreu em 628 e se caracterizou pelo confronto entre o profeta Mohammed e os seus companheiros contra uma comunidade judaica estabelecida no oásis com o mesmo nome, no noroeste do que hoje é a Arábia Saudita.

estar enfrentando não apenas a invasão israelense mas, também, realizando ataques massivos e diários dentro de Israel, evidenciou dois pontos: 1) que a organização sobreviveu aos duros ataques sofridos; e 2) o Irã permanece atento ao seu principal aliado regional. Atentos também estão os EUA e Israel, principalmente em relação a outro ator internacional que tem gerado preocupações: a Rússia. Bhadrakumar (2024) afirma: “Há indícios claros de que Moscou está apoiando Teerã – e de que ambos firmarão, em breve, um pacto de defesa mútua”.

Assim como Israel, o Hezbollah também se aperfeiçoou. A organização expandiu seus propósitos e suas agendas para além de uma força de resistência à invasão israelense. Diferente de 1982 e 2006, agora o Hezbollah não apenas atua contra uma ocupação, mas age para evitar uma ocupação e impedir que o governo israelense atinja seus objetivos, principalmente concernente ao retorno da população israelense do Norte. As estratégias e as táticas, dessa forma, embora semelhantes, possuem diferenças que são centrais para se compreender os novos objetivos da organização: em vez de esperar que os soldados israelenses entrem no território libanês, o Hezbollah intensificou os ataques ao território israelense e tornou-se mais agressivo antes que as forças militares tentem entrar. As forças israelenses que entraram no território libanês, não conseguiram avançar mais que 1,5 km.

Observa-se que a estratégia israelense também mudou: diferente de 2006, o governo israelense não anuncia mais o objetivo de “acabar com o Hezbollah”. Um dos aprendizados que Israel teve após 2006 é que, militarmente, não irá destruir ou acabar com a organização. Por esse motivo, apesar de ter atacado regiões que, historicamente, não possuem apoiadores do Hezbollah, os principais alvos dos ataques e destruição israelense têm sido vilas e cidades compostas, majoritariamente, pela comunidade xiitas. Em pesquisa publicada no *Foreign Affairs*, 30% dos libaneses entrevistados afirmam ter “muita ou bastante confiança no Hezbollah”. Desta percentagem, 85% são xiitas, destacando a importância desta organização principalmente para esta comunidade, que historicamente foi negligenciada pelo Estado libanês e que depende das instituições sociais administradas pelo Hezbollah - e que também se tornaram alvo de Israel.

A pesquisadora Amal Saad, em uma postagem na rede X⁹, destacou a recente preocupação de que os xiitas no Líbano se tornem o foco da limpeza étnica do regime sionista, assim como os palestinos se tornaram em Gaza. Dentro dessa estratégia, poderia estar o objetivo de se alterar o cenário demográfico libanês onde, no projeto de “Novo

⁹ Disponível em: https://x.com/amalsaad_lb/status/1851705728421216475?t=Ob-0UmFzxf77cPeEZvX8Q&s=19. Acesso em: 01 nov. 2024.

Oriente Médio” apresentado por Netanyahu, os xiitas não teriam lugar. A campanha militar de Israel de expulsar famílias xiitas de suas casas e forçá-las a se deslocarem para áreas predominantemente cristãs e sunitas, têm aumentado os temores de violência intercomunitária já que, independentemente de onde essas famílias estejam, elas serão os alvos potenciais. Netanyahu explicitou esse objetivo ao direcionar para o público libanês seu apelo: o povo libanês precisa se levantar contra o Hezbollah (e, conseqüentemente, contra seus apoiadores).

Os objetivos com essa série de ataques, desse modo, não é enfraquecer militarmente o Hezbollah, mas tentar fortalecer os seus opositores, enfraquecer os seus apoiadores e aumentar a pressão social para afetar a sua legitimidade e seu reconhecimento internos, que garantem seu poderio e sua existência. Atacar civis e, especificamente, xiitas, não é um “efeito colateral” dos ataques contra infraestruturas do Hezbollah: é parte da estratégia israelense e, dentro desta estratégia, todos são passíveis de serem alvos.

Embora 2006 tenha sido uma guerra em grande escala e com destruição massiva em cidades libanesas, o Hezbollah está enfrentando seu maior desafio desde sua fundação, com os assassinatos de importantes líderes militares e políticos, incluindo Nasrallah, que governou o partido por 32 anos, e o temor de que uma tensão interna, entre diferentes grupos da sociedade civil, possa eclodir. No entanto, tem se tornado evidente que a organização ainda continua sendo um ator político central no Líbano (participando, indiretamente, das negociações para um cessar-fogo) e com fortes capacidades militares. Sua legitimidade e popularidade no interior libanês, entretanto, depende dos resultados finais dessa guerra. Dificilmente seus apoiadores sairão dessa base de apoio. A questão se volta, então, para o quão fortalecidos ou enfraquecidos os seus opositores estarão.

A partir do exposto, torna-se mais claro como um genocídio iniciado em um pequeno pedaço de terra chamado Gaza tem mobilizado e envolvido, em diferentes graus, potências regionais e internacionais. Entender a névoa da guerra que paira sobre Gaza e Beirute precisa perpassar por esses três espaços: o local, o regional e o internacional. Não é possível pensarmos na ordem regional sem considerar a ordem internacional. A história evidencia como o Oriente Médio e as dinâmicas internacionais se confundem constante e dialeticamente. Em outras palavras, uma nova ordem ou a crise da ordem regional, seria, também, uma nova ordem ou a crise da ordem internacional - e vice-versa. A diplomacia tem evidenciado seus limites e falhas - assim como as organizações internacionais - e o nevoeiro da guerra obscurece mais do que nunca o horizonte. O que temos, de concreto, são os dados: mais de 186.000 mil mortos em Gaza e mais de 2 milhões de deslocados; cerca de 3 mil mortos no Líbano e em torno de 2 milhões de

deslocados. Se há, desse modo, uma ordem em crise ou sendo gestada, esta se dá de forma lenta e dolorosa.

Referências

AGOSTINELLI, Isabela; COSTA, Eduardo; VALDISSERRA, Mariana; CAVANI, Vitor. “Think tank” americano discute perspectivas de política externa do novo presidente do Irã. Observatório Político dos Estados Unidos - OPEU, 2024. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2024/07/22/think-tank-americano-discute-perspectivas-de-politica-externa/>. Acesso em: 29 out. 2024.

AL JAZEERA. Israel likely used US-made bombs in Nasrallah assassination: Report. Al Jazeera, 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/9/29/israel-likely-used-us-made-bombs-in-nasrallah-assassination-report>. Acesso em: 30 out. 2024.

BBC. China: a nova rota da seda que o país quer construir vale o investimento trilionário? BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o>. Acesso em: 26 out. 2024.

BBC. Saudi Arabia interested in Israel normalisation deal after war. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-67922238>. Acesso em: 26 out. 2024.

BHADRAKUMAR, M. K. Israel x Irã: a Rússia entrou no jogo. OUTRAS PALAVRAS, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/israel-x-ira-a-russia-entrou-no-jogo/>. Acesso em: 31 out. 2024.

CHEAITO, Karime. Sem cessar-fogo, sem negociação: a atuação do Eixo da Resistência após o 07 de Outubro. ERIS, 2024. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/sem-cessar-fogo-sem-negociacao-a-atuacao-do-eixo-da-resistencia-apos-o-07-de-outubro/>. Acesso em: 26 out. 2024.

CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci. O Processo de Designação do Hezbollah como Organização Terrorista pelos Estados Unidos da América: Acusações, Contradições e Consequências (1985-2006). Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Instituto de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2023. 169 p.

CLAUSEWITZ, Carl von. On War. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1976.

CNN. Iran weighs next move as Nasrallah warns of regional escalation. 2024. Disponível

em: <https://edition.cnn.com/2024/09/28/middleeast/iran-weighs-next-move-nasrallah-hezbollah-intl-cmd/index.html>. Acesso em: 31 out. 2024.

DAHER, Joseph; ODUOR, John; DOBKE, Estúdio Dos Rios +. Onde o mundo vê crise, Israel vê oportunidade. Jacobin Brasil. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/10/onde-o-mundo-ve-crise-israel-ve-oportunidade/>. Acesso em: 27 out. 2024.

HOLMES, Oliver. Thousands demonstrate against Netanyahu as Israel protests gain strength. The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/aug/02/thousands-demonstrate-against-netanyahu-as-israel-protests-gain-strength>. Acesso em: 26 out. 2024.

HUBERMAN, Bruno; SANTOS, Isabela Agostinelli dos; NASSER, Reginaldo Mattar. Guerra Global ao Terror: o “urbicídio” no centro da aliança EUA-Israel. Tensões Mundiais, v. 20, n. 42, p. 263–285, 2024.

KHATIB, Rasha; MCKEE, Martin; YUSUF, Salim. Counting the dead in Gaza: difficult but essential. The Lancet, v. 404, n. 10449, p. 237–238, 2024.

L'ORIENT LE JOUR. Ghassan Salamé : Au Liban, l'appétit israélien peut venir en mangeant. 2024. Disponível em: <https://www.lorientlejour.com/article/1430669/ghassan-salame-au-liban-lappetit-israelien-peut-venir-en-mangeant-1.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

LE MONDE. Displaced Israelis in Jerusalem applaud ongoing offensive in Lebanon. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/09/27/displaced-israelis-in-jerusalem-applaud-ongoing-offensive-in-lebanon_6727481_4.html. Acesso em: 26 out. 2024.

LUBELL, Maayan. Protests grip Israel ahead of historic Supreme Court session. Reuters, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israel-edge-ahead-supreme-court-session-judicial-overhaul-2023-09-11/>. Acesso em: 26 out. 2024.

MAJED, Rima; SALMAN, Lana. Lebanon's Thawra. Relatório do Oriente Médio, n. 292/3, outono/inverno 2019. Disponível em: <https://merip.org/2019/12/lebanons-thawra/>. Acesso em: 26 out. 2024.

NASHED, Mat. How Israel is trying to generate civil strife in Lebanon. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2024/10/19/how-israel-is-trying->

to-generate-civil-strife-in-lebanon. Acesso em: 30 out. 2024.

REUTERS. Israel, Hezbollah exchange artillery, rocket fire. Reuters, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israel-strikes-lebanon-after-hezbollah-hits-shebaa-farms-2023-10-08/>. Acesso em: 26 out. 2024.

ROCHE, Mary Clare; ROBBINS, Michael. What the Lebanese People Really Think of Hezbollah. Foreign Affairs, 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/lebanon/what-lebanese-people-really-think-hezbollah>.

SANTOS, Isabela Agostinelli dos. Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza. 2023. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAAD, Amal. The Houthis are not a group that can be bombed into extinction – here’s why. The Guardian, 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2024/jan/23/houthis-hamas-israel-iran-axis-resistance>. Acesso em: 31 out. 2024.

SRIDHAR, Devi. Scientists are closing in on the true, horrifying scale of death and disease in Gaza. The Guardian, 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/article/2024/sep/05/scientists-death-disease-gaza-polio-vaccinations-israel>. Acesso em: 25 out. 2024.

UN NEWS. Rights expert finds ‘reasonable grounds’ genocide is being committed in Gaza. UN News. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/03/1147976>. Acesso em: 24 out. 2024.

UN NEWS. Israel on the cusp of historic peace with Saudi Arabia, Netanyahu announces at UN. UN News. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/09/1141302>. Acesso em: 26 out. 2024.

*Mestra em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF) e Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). E-mail: karimecheaito@id.uff.br.

O Sistema Financeiro como instrumento de guerra: Notas Preliminares das Reuniões do BRICS e G20 no Rio de Janeiro

*Fernando Brancoli**

Em 2024, o Brasil assumiu a presidência do Grupo dos 20 (G20), o principal fórum de cooperação econômica entre as maiores economias mundiais. À medida que o país se prepara para a cúpula principal do G20, prevista para o final de novembro de 2024, uma série de discussões cruciais tem sido promovida no Rio de Janeiro. Sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro tem priorizado temas de relevância global, como inclusão social, combate à fome, transições energéticas, promoção do desenvolvimento sustentável e a reforma das instituições de governança global. Além disso, o Brasil defendeu a implementação de tributações sobre os megaricos em escala global, como parte de um esforço mais amplo para mitigar a desigualdade econômica e gerar recursos para programas sociais (Chatham House 2024; Stimson Center 2024).

Contudo, em meio a esses objetivos amplos, uma questão específica tem emergido como dominante nas discussões recentes: a militarização do sistema financeiro. Esse conceito refere-se à utilização estratégica de instrumentos econômicos — como sanções, restrições comerciais e barreiras financeiras — por nações economicamente poderosas, sobretudo os Estados Unidos, para exercer influência geopolítica e limitar as ações de outros países sem recorrer ao uso direto de força militar.

Este tema foi examinado de forma crítica durante a cúpula "Estado do Futuro", um fórum paralelo que ocorreu simultaneamente às reuniões do G20 no Rio de Janeiro, entre os dias 22 e 26 de julho de 2024. O evento, realizado nas instalações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reuniu políticos, acadêmicos e profissionais de treze países, com predominância de representantes do Sul Global. O Brasil, ao organizar o evento, havia inicialmente estendido convites a esses participantes com o objetivo de promover discussões sobre o futuro da economia global. No entanto, questões geopolíticas urgentes, como o conflito na Ucrânia, as sanções impostas à Rússia, a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China, além da crise no Oriente Médio, redirecionaram o foco dos debates. Como resultado, as discussões centraram-se principalmente no uso de ferramentas econômicas como instrumentos de poder geopolítico. Foi também explorada a forma como novas coalizões internacionais, como o

BRICS, poderiam desenvolver mecanismos eficazes para enfrentar esses desafios econômicos globais.

Durante minha participação nas reuniões, tornou-se evidente que as discussões sobre guerra econômica estavam intimamente relacionadas com questões mais amplas, como a promoção de uma agenda econômica global alternativa que atendesse de forma equitativa a todas as nações. Embora houvesse uma diversidade de opiniões, prevaleceu o consenso entre os participantes sobre a urgência de reformas nesse sistema, destacando o impacto desestabilizador que a guerra econômica tem exercido, sobretudo, sobre as economias mais vulneráveis.

Soberania Financeira e Poder Global: Destaques do Evento "Estado do Futuro"

As discussões sobre a instrumentalização bélica do sistema financeiro trouxeram à tona preocupações históricas do Sul Global em relação à atual arquitetura financeira internacional. Essas discussões surgem de uma insatisfação crescente com o domínio exercido por instituições financeiras ocidentais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que são frequentemente vistos como perpetuadores de desigualdades globais e instrumentos de "colonialismo financeiro" ao impor políticas que favorecem as economias desenvolvidas em detrimento das emergentes (Hudson 2003).

A crescente demanda por maior autonomia financeira entre as nações emergentes tem levado a propostas de reformulação das infraestruturas financeiras globais, buscando alternativas aos sistemas dominados pelo Ocidente. Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil e atualmente assessor especial da presidência brasileira, sugeriu que os países em desenvolvimento considerem a criação de alternativas à Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), com o objetivo de reduzir a dependência de sistemas financeiros controlados pelo Ocidente (Stimson Center 2024). Da mesma forma, na terceira Cúpula do Sul, realizada em 2024, o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, ressaltou a necessidade de uma revisão dos termos de empréstimo oferecidos por instituições financeiras internacionais, de modo a apoiar os países em desenvolvimento sem impor condições excessivamente restritivas. Museveni defendeu um sistema financeiro global reformado, que atenda de maneira mais eficaz aos interesses das economias emergentes do Sul Global.

Adicionalmente, durante a Cúpula da Voz do Sul Global, realizada em 2023, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, reforçou o apelo por uma reforma abrangente das estruturas de governança global, buscando torná-las mais inclusivas e capazes de responder de forma eficiente aos desafios enfrentados pelas nações em

desenvolvimento.

Michael Hudson (2003), dentro dessa lógica, caracteriza o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial como instrumentos de "colonialismo financeiro". Segundo Hudson, essas instituições, em vez de promoverem um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, têm desempenhado um papel fundamental na perpetuação de estruturas de dependência econômica nos países em desenvolvimento. A crítica aponta que, por meio de políticas de empréstimo condicionadas, o FMI e o Banco Mundial impõem pacotes de austeridade fiscal e liberalização econômica que muitas vezes comprometem a soberania econômica dos países que os recebem. Esses pacotes geralmente exigem que os países adotem reformas estruturais, como cortes nos gastos públicos, privatização de empresas estatais e a desregulamentação dos mercados financeiros. Tais medidas não levam a um crescimento econômico sustentável, mas, ao contrário, geram maior vulnerabilidade econômica e social, exacerbando a pobreza e as desigualdades.

Vreeland (2000) ressalta que, ao invés de promover o desenvolvimento humano inclusivo, as políticas dessas instituições frequentemente resultam na concentração de riqueza e no aumento da desigualdade dentro dos países receptores, ao mesmo tempo em que reforçam o controle das potências econômicas globais sobre as economias periféricas. Dessa forma, o FMI e o Banco Mundial atuam como veículos para a expansão de um modelo econômico que favorece as nações mais ricas, garantindo que as economias em desenvolvimento permaneçam em uma posição de subordinação e dependência em relação aos centros financeiros internacionais.

O conceito de "colonialismo financeiro" sublinha a crítica de que as instituições de Bretton Woods têm contribuído mais para a manutenção da ordem econômica global existente — que favorece as economias mais desenvolvidas — do que para a criação de um sistema mais justo e equitativo. Nesse sentido, a reforma dessas instituições é urgente, se o objetivo for efetivamente apoiar o desenvolvimento econômico de forma inclusiva, permitindo que as nações em desenvolvimento construam suas próprias capacidades e estratégias para o crescimento, sem as amarras impostas pelas condições dos empréstimos internacionais.

Embora o Brasil argumente que o G20 deve funcionar como uma plataforma para aproximar as nações em desenvolvimento e as economias avançadas, os eventos liderados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm sido marcadamente críticos em relação ao Norte Global. Durante a cúpula "Estado do Futuro", Aloisio Mercadante e Dilma Rousseff fizeram contribuições substanciais ao debate sobre soberania financeira,

ênfatizando a necessidade de reformas estruturais na ordem financeira global.

Aloisio Mercadante, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem sido um crítico contundente dos sistemas financeiros globais vigentes, que, em sua visão, perpetuam desigualdades e dificultam o desenvolvimento das economias emergentes. O BNDES, uma das mais importantes instituições de fomento do Brasil, exerce um papel central no cenário econômico nacional, com desembolsos anuais que giram em torno de 19 bilhões de dólares.

Além de seu impacto doméstico, o BNDES também atua de forma significativa no plano internacional, estabelecendo parcerias estratégicas com instituições de financiamento em diversas regiões, incluindo a África, América Latina e o Caribe. Fundado nos anos 1950, durante o período desenvolvimentista do Brasil, o BNDES foi concebido para fornecer financiamento de longo prazo, com o objetivo de promover a competitividade econômica e apoiar a transformação estrutural da indústria brasileira. Nos dias atuais, o banco continua a desempenhar um papel fundamental, apoiando uma ampla gama de setores, tais como infraestrutura, energia e projetos de desenvolvimento social, o que reflete o seu compromisso em fomentar um crescimento econômico sustentável e inclusivo no Brasil.

A crítica de Mercadante está ancorada na constatação de que as estruturas financeiras globais tendem a servir aos interesses das economias desenvolvidas, enquanto impõem barreiras significativas ao progresso das economias emergentes. Nesse contexto, ele defende uma reconfiguração das relações econômicas globais, de modo a permitir que países do Sul Global possam expandir suas capacidades econômicas sem a interferência de condicionalidades impostas por instituições financeiras internacionais, que muitas vezes limitam a autonomia e o potencial de desenvolvimento desses países.

Em seu discurso, Mercadante declarou: "O Sul Global precisa fazer alguma coisa; o Norte Global, no passado, costumava chutar a escada, e agora eles querem destruir o prédio inteiro." A analogia da "escada", popularizada pelo economista do desenvolvimento Ha-Joon Chang (2002), é frequentemente utilizada para descrever o fenômeno pelo qual países desenvolvidos, tendo alcançado sucesso econômico, tiram ou rejeitam as políticas e estratégias — como a política industrial — que foram cruciais para o seu progresso, impedindo assim que os países em desenvolvimento sigam o mesmo caminho. Esta crítica é parte de um discurso mais amplo sobre as barreiras estruturais impostas pelo Norte Global, que continua a bloquear o avanço de economias emergentes, mesmo enquanto estas tentam adotar modelos que um dia favoreceram os próprios países hoje desenvolvidos.

Mercadante apelou por mudanças abrangentes no sistema financeiro internacional e por maior independência fiscal dos países do Sul Global, argumentando que as atuais estruturas financeiras globais perpetuam desigualdades sistêmicas. Ele também apontou que as condicionalidades associadas aos empréstimos de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) obrigam os países do Sul Global a estruturar suas economias de acordo com modelos econômicos que são amplamente favorecidos pelo Norte Global. Segundo Mercadante, essas condicionalidades impõem políticas padronizadas que ignoram as particularidades socioeconômicas dos países em desenvolvimento, o que resulta em modelos econômicos que priorizam austeridade fiscal e liberalização econômica em detrimento do investimento social e dos objetivos de desenvolvimento. Isso aprofunda ainda mais as disparidades econômicas e perpetua a dependência das economias emergentes em relação ao sistema financeiro dominado pelos países desenvolvidos.

A crítica de Mercadante está alinhada a um debate acadêmico mais amplo sobre a instrumentalização bélica do sistema financeiro. Historicamente, medidas como sanções econômicas e restrições comerciais têm servido como instrumentos de política econômica coercitiva, capazes de influenciar o comportamento de estados sem a necessidade de intervenção militar direta. Acadêmicos como Thomas Biersteker e Peter Andreas (2005) exploraram as implicações dessas sanções econômicas, observando que, embora possam atingir seus objetivos geopolíticos, elas também geram consequências não intencionais, como crises econômicas e humanitárias nos países alvo. O discurso contemporâneo sobre a militarização do sistema financeiro enfatiza o modo como essas ferramentas perpetuam os desequilíbrios de poder globais, exacerbando as disparidades entre o Norte e o Sul globais. O argumento de Mercadante, nesse sentido, reforça a necessidade de uma reestruturação profunda da ordem econômica internacional, de modo a permitir que as economias emergentes possam se desenvolver de forma mais justa e sustentável, sem a interferência coercitiva das potências econômicas.

Crítica de Dilma Rousseff: Expondo as desigualdades financeiras

Ecoando as críticas de Aloisio Mercadante, Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil e atual presidente do Banco dos BRICS (Novo Banco de Desenvolvimento, NDB), declarou que o sistema financeiro global foi "criado pelo Norte Global para atender aos seus interesses". Rousseff destacou o papel central do NDB na promoção de uma agenda de desenvolvimento voltada para as nações do Sul Global, desafiando a hegemonia das tradicionais instituições financeiras ocidentais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI)

e o Banco Mundial. O estabelecimento do NDB em 2014 marcou um ponto de inflexão no cenário financeiro global, com o banco se tornando um símbolo da crescente multipolaridade e da resistência às estruturas de poder ocidentais.

Contudo, o papel do NDB vai além de sua função simbólica. Até 2024, o banco financiou projetos no valor aproximado de US\$ 32,8 bilhões, abrangendo setores estratégicos como infraestrutura de transporte, energia limpa, saneamento e desenvolvimento social. Entre os projetos mais notáveis apoiados pelo NDB estão o Delhi-Ghaziabad-Meerut Regional Rapid Transit System na Índia, o Beijing Gas Tianjin Nangang LNG Emergency Reserve Project na China, e uma série de iniciativas de infraestrutura no Brasil. Além de atender os países membros do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, o NDB expandiu seu alcance para incluir outras economias emergentes, como Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai, ampliando sua influência como um ator financeiro global.

Para Rousseff, o NDB representa uma alternativa fundamental ao Banco Mundial e ao FMI, tanto em termos de suas operações quanto de sua estrutura de governança. O banco busca fornecer fontes de financiamento desprovidas das condicionalidades comumente associadas às instituições de Bretton Woods, que muitas vezes impõem exigências de austeridade fiscal e liberalização econômica aos países receptores. O NDB, ao contrário, propõe um processo de tomada de decisões mais democrático, distribuindo o poder de voto de maneira igualitária entre seus membros, em contraste com os sistemas de votação ponderados das instituições ocidentais.

Entretanto, alguns críticos apontam que, embora o NDB promova um modelo de governança mais inclusivo, ainda existem desafios significativos a serem superados. A ideia de poder de voto igualitário entre os membros pode ser prejudicada pelo peso econômico e político desproporcional de certos países, especialmente a China (Zhu, 2024). A contribuição financeira substancial de Pequim e a influência da Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) conferem à China uma posição dominante dentro do NDB, o que pode levar a desequilíbrios internos de poder semelhantes aos observados nas instituições financeiras ocidentais. Além disso, as práticas de transparência operacional e os mecanismos de responsabilidade do banco ainda precisam ser testados plenamente, especialmente em regiões politicamente voláteis.

Ademais, a capacidade do NDB de lidar com as tensões geopolíticas, como o conflito entre China e Índia ou os impactos econômicos da guerra entre Rússia e Ucrânia, permanece um desafio considerável. Tais tensões internas no BRICS ressaltam que, embora a coalizão busque um sistema financeiro global mais equitativo, é necessário

abordar as assimetrias de poder dentro do próprio bloco para garantir que todos os membros possam se beneficiar igualmente.

Rousseff também conectou as questões financeiras a temas mais amplos de paz e segurança globais, argumentando que a soberania econômica e sistemas financeiros justos são essenciais para a estabilidade global. Segundo ela, a imposição de sanções econômicas frequentemente exacerba conflitos e mina os esforços de paz, uma vez que nações economicamente fragilizadas são mais suscetíveis à instabilidade e menos capazes de promover um desenvolvimento sustentável. Ao defender práticas financeiras mais justas e instrumentos que fortaleçam a soberania econômica das nações, Rousseff traçou um elo claro entre justiça econômica e a construção de uma paz global duradoura.

Papel Geopolítico das Alternativas Financeiras dos BRICS

O conflito entre Rússia e Ucrânia foi outro ponto frequentemente abordado por Rousseff durante os debates sobre o papel dos BRICS no cenário financeiro global. A presidente destacou que a coalizão BRICS desempenhou um papel crucial na estabilização do rublo russo desde o início da guerra. Segundo ela, os mecanismos financeiros desenvolvidos no âmbito dos BRICS, juntamente com o fortalecimento dos laços comerciais e financeiros da Rússia com parceiros como China e Brasil, foram fundamentais para mitigar a recessão econômica da Rússia. Um exemplo significativo desse apoio é o uso crescente do yuan chinês nas transações, que ultrapassou o dólar como a moeda mais negociada pela Rússia.

Essa estratégia dos BRICS vai além da simples distribuição equitativa de recursos financeiros entre seus membros. Ela representa uma ação geopolítica deliberada para desafiar e contrabalançar a dominação econômica exercida pelas potências ocidentais, por meio de sanções e outras ferramentas econômicas. Ao promover sistemas financeiros e moedas alternativas, a coalizão BRICS está trabalhando ativamente para criar um cenário econômico multipolar, reduzindo a influência das políticas econômicas ocidentais e aumentando a soberania financeira de seus países membros.

Rousseff não foi a única a abordar as implicações do conflito Rússia-Ucrânia. Quase todos os palestrantes sublinharam o impacto profundo dessa guerra nos sistemas financeiros globais e, em particular, os efeitos negativos das sanções ocidentais sobre a economia russa. Para as nações dos BRICS, especialmente Rússia e China, esses acontecimentos ressaltam a vulnerabilidade de suas economias aos sistemas financeiros dominados pelo Ocidente, em particular ao poder e à onipresença do dólar americano. De acordo com vários relatórios, as sanções impostas pela comunidade ocidental não só

interromperam o acesso da Rússia aos mercados financeiros internacionais, como também restringiram sua capacidade de participar do comércio global e seu acesso a tecnologias críticas, com o objetivo de reduzir a capacidade russa de sustentar operações militares prolongadas.

No entanto, as repercussões dessas sanções vão além da Rússia, uma vez que a economia global tem sofrido interrupções em cadeias de suprimento, particularmente nos mercados de energia e commodities. Essas perturbações geraram um debate mais amplo sobre o papel da governança internacional na mitigação das consequências negativas causadas pelo aumento da "guerra econômica" no cenário global.

Uma das principais estratégias em discussão entre os membros do BRICS é o estabelecimento de um sistema de pagamentos exclusivo para o grupo, que permitiria a realização de transações comerciais e financeiras entre seus países utilizando suas próprias moedas. Esse sistema visa contornar as redes financeiras tradicionais, dominadas pelo dólar americano, reduzindo assim a vulnerabilidade às sanções impostas pelas potências ocidentais e promovendo uma maior soberania econômica entre os países do BRICS. Além disso, há discussões sobre a criação de uma moeda comum para o bloco, o que facilitaria o comércio e os investimentos intra-BRICS, diminuindo a dependência de moedas ocidentais.

O desenvolvimento de infraestruturas alternativas de mercado financeiro é um componente crucial da estratégia do BRICS para reduzir a dependência dos sistemas dominados pelo Ocidente. Atualmente, os pagamentos transfronteiriços dependem predominantemente de redes de bancos correspondentes internacionais que utilizam protocolos de mensagens geridos pelo sistema SWIFT. Nos últimos anos, a China tem avançado significativamente nessa área, com iniciativas como o estabelecimento de centros de compensação offshore e o lançamento, em 2017, do Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS), sob a gestão do Banco Popular da China (PBOC).

O CIPS é um sistema de liquidação em tempo real que permite que bancos nacionais e internacionais acessem o Sistema Avançado de Pagamentos Nacionais da China. Embora o CIPS colabore com o SWIFT para o envio de mensagens, ele é capaz de operar de forma independente, oferecendo uma alternativa viável no caso de interrupções nas conexões com o SWIFT. O uso do CIPS tem crescido rapidamente, com um aumento de 31,4% no tráfego de mensagens no terceiro trimestre de 2023 em comparação com o ano anterior. Apesar desse crescimento, o SWIFT ainda é utilizado por mais de 11.000 instituições financeiras em todo o mundo, o que torna o CIPS relativamente pequeno em escala.

Além disso, há esforços contínuos para desenvolver infraestruturas alternativas de mercado para a liquidação de valores mobiliários. A Bolsa de Moscou propôs a criação de um depositário internacional para os países do BRICS, enquanto a Autoridade Monetária de Hong Kong tem o objetivo de transformar sua Unidade Central de Mercados Monetários em um depositário internacional de valores mobiliários para a Ásia. De forma semelhante, o Fundo Monetário Árabe, sediado nos Emirados Árabes Unidos, lançou o sistema de pagamentos transfronteiriços Buna, que oferece serviços de liquidação em múltiplas moedas e pode, potencialmente, levar à criação de um depositário central de valores mobiliários em Abu Dhabi.

Conclusão

Embora essas iniciativas ainda estejam em estágios iniciais, elas representam passos significativos na direção de reduzir a dependência das infraestruturas financeiras ocidentais. As vantagens consolidadas dos sistemas existentes, como a capacidade de liquidação em múltiplas moedas e as economias de escala, apresentam desafios consideráveis. No entanto, o comprometimento das nações do BRICS com o desenvolvimento dessas alternativas demonstra sua determinação em alcançar maior independência financeira e resiliência econômica.

Através de uma análise detalhada dessas interações, busco esclarecer as maneiras pelas quais as nações do BRICS estão navegando e negociando suas posições no cenário geopolítico e econômico global. Isso incluirá uma avaliação crítica da eficácia e dos desafios do Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS) e outros mecanismos financeiros, como ferramentas essenciais para promover a soberania financeira e reduzir a dependência dos sistemas ocidentais. Os insights obtidos a partir desses eventos contribuirão para uma compreensão mais profunda dos imperativos estratégicos que impulsionam tanto os países do BRICS quanto os membros do G20 em sua busca por maior autonomia financeira e política no cenário global.

Referências:

ASIA SOCIETY POLICY INSTITUTE. New Development Bank (NDB) | Navigating the Belt and Road Initiative Toolkit. **Asia Society**, 2022. <https://www.asiasociety.org>.

BRETTON WOODS PROJECT. Inequality Crisis Worsens as World Bank and IMF Persist with Failed Policies. **Bretton Woods Project**, 2024. <https://www.brettonwoodsproject.org>.

BIERSTEKER, Thomas J. and ANDREAS, Peter. **The Rebordering of North America: Integration and Exclusion in a New Security Context.** Routledge, 2005.

CHATHAM HOUSE. Lula Eyes Brazil's G20 Summit with Plan to Tax Billionaires. **Chatham House**, September 9, 2024. <https://www.chathamhouse.org/publications>.

HUDSON, Michael. **Super Imperialism: The Economic Strategy of American Empire.** New York: Pluto Press, 2003.

STIMSON CENTER. Brazil's G-20 Presidency and the Global South. **Stimson Center**, 2024. <https://www.stimson.org>.

VREELAND, James Raymond. **The IMF and Economic Development.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ZHU, Jiejun. Why China Supports NDB Membership Expansion: Going Multilateral Amid Power Struggles. **Global Policy**, January 24, 2024. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13311>.

*Professor de geopolítica do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IRID/UFRJ. E-mail: fbrancoli@gmail.com

No meio do caminho havia um obuseiro: notas sobre a Defesa nos dois anos do governo Lula III

Mariana Janot*

Jonathan de Araújo de Assis**

Há dois anos, menos de um mês após os resultados das eleições, foram montadas diferentes equipes para planejar os desafios da transição de governo nas várias áreas da arena política brasileira (Rodrigues et al, 2022). Ao final de 2022, apenas uma área permaneceu sem um chamado “grupo de transição”: a Defesa, que teve José Múcio nomeado para assumir o Ministério. Dado o ônus histórico da agência política militar no país e a profundidade do imbricamento militar na administração de Jair Bolsonaro, a ausência da equipe de transição e essa nomeação foram vistos como sinalizações conciliatórias, um movimento para apaziguar as Forças Armadas e pavimentar a futura relação entre militares e o governo Lula III (Neto, 2022).

Como qualquer aspecto da administração política, pragmatismo é necessário e decisões precisam ser tomadas considerando a realidade sociopolítica das relações civis-militares no país. Contudo, a construção de relações democráticas entre Forças Armadas e governo é minada se reduzida às concessões, e o planejamento decisório também deve ser feito pensando na transformação dessa realidade. Até o momento, pouco tem sido feito neste sentido.

Recentemente, o processo de aquisição de alguns equipamentos de artilharia do Exército Brasileiro ganhou atenção na mídia, e essa situação convida à análise de alguns aspectos que caracterizam a atual conjuntura da construção da Defesa no Brasil: as relações entre forças armadas, democracia e política externa; a questão industrial-tecnológica; e o emprego das forças.

Como parte de seu projeto estratégico de renovação das forças blindadas, o Exército brasileiro iniciou, em 2022, o processo para a aquisição de novas viaturas de artilharia, convocando um edital para empresas internacionais apresentarem seus respectivos produtos, com os resultados apresentados neste primeiro semestre. A vencedora foi a israelense Elbit Systems, que já possui um histórico de comércio com o Brasil na área de sistemas eletrônicos e drones militares junto à Força Aérea. Desta vez, a compra é do *Autonomous Truck Mounted Howitzer System (Atmos)*: um veículo de artilharia sobre rodas, que se destaca pelo nível de mobilidade (já que, ao contrário das viaturas tipo “lagarta”, é mais semelhante a um caminhão) e pelo sistema mais moderno de navegação computadorizada.

Celso Amorim apresentou à Presidência a contradição entre a postura diplomática brasileira que busca a solução pacífica para o conflito Israel-Hamas, condenando o genocídio contra o povo palestino e manter as compras de tecnologias de guerra de Israel. A situação foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU), que declarou não haver problemas técnicos na aquisição – no entanto, uma das concorrentes do processo (a franco-germana KNDS) protocolou um novo pedido de revisão alegando irregularidades, incluindo o fato de que o produto apresentado pela Elbit já estava modificado para especificações brasileiras. Ainda não houve deliberação formal sobre este pedido, porém há expectativas dentro das forças armadas de que não seja acatado, pois afirmam que o processo seguiu, em tese, todos os procedimentos necessários como o TCU já apontou (Soares, 2024). Cabe agora à Presidência aprovar ou não a continuidade do processo de aquisição.

A repercussão deste caso se deu com a fala de José Múcio de que esta pausa no processo seria um empecilho à Defesa Nacional, motivada por ‘questões ideológicas’. Apesar de Lula alegar não ter havido desentendimento na relação entre a Presidência e a Defesa, a fala de Múcio expressa um obstáculo profundo na construção de relações civis-militares mais democráticas. Múcio reforça a noção de que as decisões sobre a aquisição de armamentos são realizadas de maneira técnica; isto é, sem motivações e consequências políticas. Esse é um pressuposto questionável por duas importantes razões.

Em primeiro lugar, qualquer decisão governamental é inerentemente política, em especial quando se trata da aquisição de armamentos. Por seu caráter estratégico, a escolha de parceiros para a transferência desse tipo de produto tende a ser orientada por considerações de ordem política-estratégica antes que meramente econômicas-comerciais. Nesse sentido, a decisão pela aquisição de equipamentos israelenses causaria constrangimentos à postura adotada pela política externa brasileira em relação à atual campanha militar de Israel.

Assim, Múcio reforça uma postura da Defesa que se vê independente da política externa, o que é prejudicial para a construção dessa articulação que seria uma premissa da política internacional. Tais dissonâncias entre as agendas da política externa e de defesa reafirmam a questão central e sintomática da precariedade da condução política civil da Defesa e controle sobre as instituições militares. Nessa situação, em que Múcio critica e pressiona abertamente a postura presidencial sem nenhuma repreensão, vigorou o apaziguamento com a Defesa. Essa tem sido a constante do governo, caracterizada por um contexto pós-08 de janeiro de concessões e negociações em troca da governabilidade (Tricontinental, 2024).

A fala de Múcio é ainda mais nociva por caracterizar as necessidades da Defesa - que deveriam ser pensadas em conjunto com uma postura internacional planejada - como algo técnico, um imperativo, enquanto a política externa e diplomacia seriam 'ideológicas'. Essa postura em relação à política de Defesa repercute, e acaba por reforçar o imaginário de que as decisões relativas à aquisição de armamentos é uma questão "meramente técnica". A extensão dessa leitura sobre a tecnologia para fins militares pode ser observada nas diferentes iniciativas de modernização das forças armadas e fomento à indústria de defesa do país. É amplamente presente entre os documentos estratégicos brasileiros – em especial a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa – a percepção de que um instrumento militar moderno daria respaldo às pretensões internacionais do país, transmitindo seu compromisso e capacidade para exercer um papel de protagonismo. Ainda, sob uma leitura de indissociabilidade entre Defesa e Desenvolvimento, a obtenção de tecnologia militar moderna, a fim de incrementar a autonomia tecnológica, subsidiaria tanto os esforços de autonomia estratégica quanto garantiria o modelo de desenvolvimento do país.

Além de não ser possível uma política "desideologizada", é muito importante ter em mente que a tecnologia, e todo o aparato industrial-militar, é profundamente político. Esses artefatos são produtos de agenciamentos complexos, pois passam por processos de concepção, desenho, testagem e comercialização até o seu emprego de fato – e mesmo o emprego no terreno também é um processo em que se experimenta com o artefato. Tudo isso mobiliza atores de várias naturezas – pesquisadores, agências de governo, empresas de diferentes lugares, as respectivas forças que empregam o armamento, e assim por diante, produzindo disputas e formando arenas de decisões políticas. Ao insistir no enquadramento tecnológico como algo neutro, apaga-se as agências desses processos, e torna-se mais difícil questionar os *comos* e os *porquês* dessa (e outras) aquisições e inovações na área da indústria de defesa.

Segundo o Exército (2022), a aquisição dessa tecnologia se alinha ao objetivo estratégico de dissuasão extrarregional, visando dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, atendendo à tríade monitoramento/controle, mobilidade e presença, e atualizar a artilharia da força terrestre. A definição de forças hostis (2018) não se restringe a potências extrarregionais, pois se refere a grupos militares ou paramilitares, nacionais ou não, que ataquem ou possam ter a intenção de atacar as forças brasileiras e suas estruturas, ou também a população, governo, território e propriedade. O Brasil está antecipando que pode haver um conflito terrestre nas fronteiras envolvendo potências extrarregionais no qual esse tipo de artilharia vai ser

empregado? O Brasil também está considerando utilizar esse tipo de armamento para dinâmicas intrarregionais, contra países vizinhos? Esse tipo de dissuasão faz sentido com a postura brasileira em relação à região? Ainda, existe a possibilidade dessas viaturas serem empregadas em ações dentro do território nacional devido a sua vantagem de trânsito por áreas urbanizadas?

Para forças armadas e forças de segurança de maneira geral, o imperativo da modernização tecnológica costuma ser um argumento quase autoevidente, pois faz parte da lógica do campo estar sempre buscando atualizações que os mantenham preparados e 'de prontidão'. Contudo, esse imperativo não pode, sozinho, pautar as decisões na arena política, e estas e outras perguntas precisam ser feitas e respondidas, inclusive para fazer um uso mais responsável dos recursos públicos. Quando se trata da compra de armamentos, é importante interrogar: o quê adquirir ou desenvolver, de quem, como será a aquisição, e quanto gastar (Rede PAET&D, 2023). E, além disso, é preciso que esteja bem delimitado onde e como vão ser utilizados. Parece difícil visualizar uma artilharia desse nível sendo empregada nas cidades brasileiras - e no entanto, as operações domésticas e ações subsidiárias são as principais formas de atuação militar contemporânea. É verdade que é importante reorientar e redefinir as missões militares, porém antes de equipar as forças para missões que pouco cumprem, é preciso redefinir a atuação castrense.

No início do mandato, Lula afirmara que "não haveria GLO" (Mazui, 2023), pois não autorizaria uma nova intervenção como aquelas realizadas durante as UPPs ou a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Entretanto, ainda em 2023, autorizou uma cooperação entre Forças Armadas e forças policiais para o policiamento de portos no Rio de Janeiro e em São Paulo, prolongada para 2024 - esta cooperação foi uma GLO (Brasil, 2024). Associar as GLOs apenas àquelas que envolveram o enfrentamento direto e policiamento robusto de militares nas ruas é um equívoco, pois há diferentes formatos dessas operações - incluindo as GLO para a segurança durante eleições, também realizadas neste ano. Outro formato importante da segurança pública foram as GLO dos grandes eventos, como a Copa do Mundo (2014), e Olimpíadas (2016).

Nestes formatos, a ação militar não é tão destacada com uma postura de enfrentamento como nas UPPs. Sua atuação se direciona mais para o planejamento e coordenação das agências no terreno, inteligência e apoio logístico, e menos para uma performance policial de combate ostensivo. Esse formato pode parecer menos nocivo, mas não deixa de ser uma forma de ação militar sobre o ambiente doméstico, em que militares têm a oportunidade de atualizar seu conhecimento sobre: administração civil,

diálogo com agências do governo e do terceiro setor, ações de inteligência que permitem mais espaços de vigilância militar sobre a população. Enfim, um conjunto de práticas que as mantêm orientadas para dentro e se somam a demais atuações e retóricas militares de serem forças pacificadoras ou provedoras de soluções logísticas para administração de crises (Rodrigues et al., 2022; Siman et al., 2024).

Para a cúpula de líderes do G20, neste mês de Novembro, tudo indica que haverá uma nova GLO desse tipo. No Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro - legado das operações anteriores no estado - o Secretário de Segurança, delegado Victor Santos, proferiu uma fala interessante: “GLO já é a regra em grandes eventos” dada a responsabilidade do país anfitrião de garantir a segurança, e que, por isso, a GLO já havia sido combinada (Moreira, 2024). Vale reiterar que apesar de normalizadas, a Garantia da Lei e da Ordem ainda é, constitucionalmente, um mecanismo excepcional. Entretanto, é significativo que, em meio às agências de segurança, já tenha se criado uma expectativa de sua realização, pois uma das principais questões que caracteriza a construção dessas operações e seus desdobramentos é que os principais agentes envolvidos na sua concepção, planejamento e conceitualizações gerais são as próprias forças. A partir do registro de engajamento recentes, da experiência adquirida na sua educação profissional nas escolas e cursos, no Brasil e no exterior, e de expectativas futuras sobre o quê as forças armadas devem ser e como devem atuar junto do país, são as organizações militares que mais definem os alcance e limites de sua própria atuação.

Portanto, há dinâmicas históricas de longa-data que seguem formando o atual cenário da Defesa, de modo que a nomeação de José Múcio e a ausência de um grupo de trabalho para a transição não são as únicas responsáveis. Entretanto, especialmente em relação ao grupo de transição, o governo abriu mão de dar um primeiro passo rumo à construção de um espaço de discussões amplas, abertas e bem-informadas sobre a política de Defesa. Sem esse grupo, o espaço de produção de expectativas, demandas e prioridades, confecção de planos e metas é ocupado apenas por vontades corporativas, e as discussões sobre política de Defesa permanecem pautadas pelas necessidades de soluções emergenciais, pelo peso do setor privado, ou por demandas, tensões e disputas das próprias forças. Em contrapartida, uma nova oportunidade pode estar se apresentando com a possível criação da carreira civil de Defesa (Plum e Silva, 2024).

Utilizamos a situação dos obuseiros como referência de análise não para desencorajar inovações na Defesa, mas sim, para reforçar que a indústria e a área tecnológica que são tão comumente enquadrados como ‘meramente técnicos’, e ainda

mais facilmente delegados às próprias organizações, são espaços relevantes da arena política. Por isso, são sim espaços nos quais a busca pela construção da condução política civil sobre a Defesa deve se ater, e em conjunto as demais questões, tais quais a articulação da Defesa à Política Externa e a delimitação das missões militares, bem como a questão orçamentária e climática - que também são impactadas e impactam a construção da Defesa.

Referências

BRASIL. DECRETO Nº 12.013, DE 3 DE MAIO DE 2024. Altera o Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023, para prorrogar o período do emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. 5ª edição. 2018

_____. PORTARIA – EME/C Ex Nº 862, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022. Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto de Viatura Blindada de Combate Obuseiro Autopropulsado 155 mm Sobre Rodas (EB20-D08.053).

DAVISHOFER, S.; JEANDESBOZ, J.; & RAGAZZI, F. Technology and security practices: Situating the technological imperative. Em: **International political sociology: transversal lines**. Routledge studies in international political sociology. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

MAZUI, G. Lula diz que não decretará GLO no Rio. **G1 Política**, 27 out. 2023 Acesso em: out. 2024. Disponível: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/27/lula-diz-que-nao-decretara-glo-no-rio-e-nao-quer-forcas-armadas-nas-favelas-brigando-com-bandido.ghtml>>

MOREIRA, G. Esquema de Segurança do G20 terá GLO. **G1**. Rio de Janeiro. 29/10/2024. Acesso em: out. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/10/29/esquema-de-seguranca-do-g20-no-rio-tera-glo.ghtml>>

NETO, O. A. A transição militar de Lula III. **Blog do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)**. FGV. 22/12/2022. Acesso em: out. 2024. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/transicao-militar-de-lula-iii>>

PLUM, M. SILVA, da. P. Por que a criação de uma carreira civil para a defesa nacional é

relevante? Exame: **Bússola**, 04/09/2024. Disponível em:
<https://exame.com/bussola/mariana-plum-por-que-a-criacao-de-uma-carreira-civil-para-a-defesa-nacional-e-relevante/>

REDE PAET&D. Boletim PAET&D 01.2023 – Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa. UNESP. <<https://gedes-unesp.org/boletim-paetd-01-2023-rede-de-pesquisa-em-autonomia-estrategica-tecnologia-e-defesa/>>

RODRIGUES M.; MAZUI, G.; PARREIRA, M. Transição de governo tem 939 participantes em 33 grupos técnicos; maioria é de voluntários. **G1**. Política. 05/12/2022. Acesso em: out. 2024. Disponível em:
 <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/05/transicao-de-governo-tem-939-participantes-em-33-grupos-tecnicos-maioria-e-de-voluntarios.ghtml>>

RODRIGUES, T.; MENDONÇA, T.; MORATO, T. A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, 5 abr. 2022

SIMAN, M., VIANA, M. T., & SANTOS, V. M. S. Problematizing Managerial Militarization: Claims to Military Logistical Expertise in the COVID-19 Pandemic in Brazil. **Alternatives**, 49(4), 307-324. 2024

TRICONTINENTAL. GOVERNO LULA 3 E AS FORÇAS ARMADAS. Boletim Especial nº1/2024. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**. Jan 2024

* Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP) e pesquisadora de pós-doutorado (CAPES) do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes). E-mail: mariana.janot@unesp.br.

** Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes) e pesquisador de pós-doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-Unesp). E-mail: jonathan.assis@unesp.br.

O altermundialismo visto do limiar de 2024: o que foi feito da *internacional da esperança*?

Santiane Arias*

Em 1999, durante o encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio, mais de 50 mil pessoas foram às ruas de Seattle em protesto contra a *globalização das corporações*. A cúpula da OMC foi marcada por impasses entre lideranças políticas, protestos massivos, repressão policial, bloqueios de vias públicas e ataques a símbolos das grandes redes de vestuário e alimentação. A rodada de negociações foi suspensa, assim como a votação do polêmico Acordo Multilateral de Investimentos. A partir de então, a *batalha de Seattle* ficou associada à estreia do *movimento antiglobalização* na cena política internacional (DI GIOVANNI, 2007).

Um outro mundo é possível! O lema altermundialista era um recado claro àqueles que acreditavam na inevitabilidade da globalização em curso, narrativa endossada em declarações e teses célebres sobre a inexistência da sociedade, o fim das alternativas e da história.

A magnitude e a radicalidade das manifestações reacenderam uma centelha de esperança à esquerda. O altermundialismo foi anunciado como: um “*movimento novo, global, de oposição ao neoliberalismo, à dominação imperial e à militarização*” (LEITE, 2005); o mensageiro da nova política (AZZI, 2007; LOREIRO et.all, 2002); “(...) *uma realidade nova, contraposta aos ásperos tempos dos anos 80, quando o neoliberalismo dominava a aparente novidade*” (RAMONET, 2000).

O Fórum Social Mundial, realizado em 2000, foi celebrado como a manifestação de uma esquerda renovada – descentralizada, horizontal e plural. Uma resposta à internacionalização dos espaços decisórios, dominados por estadistas dos países centrais e grandes conglomerados econômicos. Uma reação da sociedade civil organizada, protagonizada pelo Sul.

Contudo, a confluência altermundialista nem sempre teve claro o núcleo em torno do qual gravitava. O discurso se deslocou ao longo do tempo de demandas mais abstratas – como a oposição à *mercantilização da vida* e a defesa da *justiça global* – para pautas mais concretas, como a reforma das instituições financeiras internacionais, a criação de uma taxa sobre a circulação de capital, o cancelamento da dívida dos países pobres, a defesa do caráter público de bens e serviços essenciais, a democratização dos blocos políticos regionais.

A esperança gera uma energia indispensável para a ação política, especialmente para os grupos subalternos. E, no entanto, olhando a partir do limiar de 2024, percebe-se que algo desse ímpeto altermundista se perdeu.

O papel dos movimentos populares e o protagonismo dos países do Sul na arena internacional podem ser hoje analisados sob uma nova perspectiva. Com efeito, muitas redes locais e internacionais de movimentos sociais se formaram naquele contexto. Berringer (2017) enfatiza os efeitos políticos do engajamento de atores como a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo, a Via Campesina, a Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e a Rede de Mulheres Latino-Americanas Transformando a Economia (REMTE) na campanha contra a ALCA.

Paralelamente, no entanto, as instituições financeiras internacionais passavam por uma série de ajustes, incorporando novos temas e atores. Treillet (2008) refere-se à emergência de um *mainstream* do gênero, estruturado em torno de programas para mulheres de países pobres. O microcrédito – destinado a atividades produtivas que buscam aumentar a renda familiar e empoderar seu membro feminino – se tornou um dos mecanismos mais amplamente empregados. Ramos (2011) identifica processo semelhante no sistema G8, onde a narrativa sobre desenvolvimento passou a incorporar recomendações sobre sustentabilidade, segurança alimentar, direitos das mulheres, saúde, educação e informação.

A campanha contra ALCA foi lançada no Fórum Social Mundial, em 2002. Mas seu avanço se deu em boa medida na fenda aberta pela onda rosa que, a despeito de suas contradições, reconheceu o campo popular como interlocutor. No entanto, a relação com os governos, organismos multilaterais e agências internacionais de financiamento era concebida de maneira distinta, e muitas vezes conflituosa, entre os diferentes tipos de organizações que integravam a ampla coalizão altermundialista, incluindo movimentos populares, ONGs, sindicatos, partidos e associações de classe média.

Por um lado, o FSM destacava a diversidade e a horizontalidade do encontro. Por outro, insistia na ausência de uma instância decisória. A sua Carta de Princípios (2001) afirmava: “o Fórum Social Mundial não tem caráter deliberativo”, sendo fundamentalmente um espaço de encontro e troca. Seguindo o princípio da não deliberação, o FSM não realizava assembleias e tampouco propunha ou aderiu a um projeto de sociedade. O documento também vedava a presença de partidos políticos na estrutura Fórum. Muito embora as edições de Porto Alegre tenham ocorrido sob as gestões municipal e estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa posição enfrentou críticas, inclusive dentro do Conselho Internacional do

encontro. No Brasil, o MST e a CUT reconheceram a importância do espaço, mas alertaram para sua fragilidade. Para ambos, a ausência de qualquer nível de deliberação impedia que a forte mobilização internacional contribuísse para a formação de um movimento de massa. Na avaliação de João Pedro Stédile, o FSM deixou uma dívida programática que, apesar do avanço das críticas ao neoliberalismo e das sucessivas crises econômicas, dificultou a contenção de seu avanço (Arias, 2011).

Essa controvérsia esteve presente em muitas edições do FSM. Em 2006, no encontro em Caracas, as divergências em torno da concepção e das expectativas em relação ao altermundialismo tornaram-se ainda mais evidentes. Para alguns, a produção de uma linha política minaria essa nebulosa composta por elementos heterogêneos; para outros, a falta de respostas levaria ao esvaziamento e ao esgotamento do processo.

Em 2007, o FSM foi realizado em Nairóbi. Desde a experiência policêntrica do ano anterior, a ideia era expandir e enraizar os eventos, mas essa iniciativa esbarrou em outros problemas. Os relatos indicavam que as experiências na África e na Ásia foram excessivamente dependentes da facilitação financeira das ONGs europeias. Segundo Doris Trujillo, da Confederação Camponesa do Equador, o Fórum estava afastado dos movimentos e lutas sociais concretas, dominado por organizações não governamentais que controlavam os recursos financeiros (AZZI, 2011). Muitas dessas ONGs denunciavam a concentração de riqueza e a desigualdade entre Norte e Sul, atuando em campanhas e ações que pressupunham a adoção de normas sociais, ambientais e democráticas por parte das empresas e instituições multilaterais.

Segundo Fougier (2002), a maior realização do altermundialismo não foi apresentar alternativas, mas unificar tradições de protesto até então separadas, como ambientalistas, feministas, anarquistas e federações sindicais tradicionais (FOUGIER, 2002; DENVIR, 2019).

De fato, não é um feito desprezível. E contudo, o neoliberalismo em sua versão mais autoritária e conservadora continuou avançando.

Referências

ARIAS, Santiane. O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2001.

AZZI, Diego Araujo. Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

BERRINGER, Tatiana. Os movimentos populares e o sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional na América do Sul. **Mural Internacional**, v. 8, n. 2, p. 165-182, 2018.

DENVER, Daniel. Today's Socialist Revival Began on the Streets of Seattle 20 Years Ago. **Jacobin**. <https://www.jacobinmag.com/2019/11/seattle-world-trade-organization-protests-socialism>, 2019, acesso 09/08/2020

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Seattle, Praga e Gênova: política antiglobalização pela experiência da ação de rua. Dissertação apresentada ao departamento de antropologia da FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

FOUGIER, Eddy. Le mouvement de contestation de la mondialisation. **Annuaire français de relations internationales**. vol.3, 2002.

GOBILLE, Boris; UYSAL, Aysen. Cosmopolites et enracinés. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. **Radiographie du mouvement altermondialiste**. Paris: La dispute, p. 105–126, 2005.

LEITE, José C. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003

LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RAMONET, I. A ideia antiglobalização. In: MINÀ, Gianni. **Um outro mundo é possível**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Ramos, L. **Hegemonia, revolução passiva e globalização: o sistema G7 / 8**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – PUC, Rio de Janeiro, 2011.

TREILLET, S. “L'instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Wahsington”. **Actuel Marx**, n.44, 2008, pp.53-67.

* Professora de Ciência Política na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: santiane.ribeiro@unifal-mg.edu.br

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.